

vezes, na história deste País, Deputados trabalharam tanto quanto estão trabalhando na Comissão de Sistematização, esses Deputados estão sendo acusados com palavras de baixo calão. Sabemos, inclusive, de algumas campanhas mentirosas, injuriosas, difamatórias, desonestas, pagas, que estão sendo feitas na televisão, dizendo que, na Comissão de Sistematização, se aprovaram coisas que levam o País à verdadeira bancarrota e que os empresários brasileiros não estão investindo porque não têm certeza do futuro deste Brasil.

É bem verdade, Presidente Ulysses Guimarães, que, se alguns empresários estão gastando bilhões e bilhões de cruzados, como disse a revista **Veja** desta semana, de que existem 35 milhões de dólares rodando para fazer propaganda contra o que foi aprovado nos Direitos dos Trabalhadores, se é verdade que isso acontece, seria muito melhor que, ao invés desse dinheiro ser arrecadado para isso, ao invés de os leilões serem realizados para conseguir dinheiro para tentar corromper Constituintes, seria melhor que esse dinheiro fosse arrecadado com o objetivo de tentar acabar com um pouco da fome desse povo que não pode mais esperar por medidas paliativas de pessoas que são responsáveis pela situação de miséria do povo e que, ao mesmo tempo, utilizam o microfone para parecerem salvadores desse povo. Quero dizer a V. Exª que a maioria determina as regras do jogo, e essas regras estão estabelecidas no Regimento. É importante que os Constituintes se lembrem de que todos aqui foram eleitos em cima de propostas, foram eleitos em cima de compromissos e que todos estão imbuídos do desejo de elaborar uma Constituição que não seja o resultado do pensamento de um partido político, de uma cabeça ou de um pensamento ideológico, mas que seja resultado daquilo que é a vontade, hoje, de 141 milhões de brasileiros.

E, para terminar, eu gostaria de dizer a V. Exª que, se algumas pessoas estão pensando que, a partir dessa emenda, vão tentar tripudiar ou passar por cima de todo o trabalho que até agora foi feito, se enganam, porque, um dia, Golias pensava que podia ganhar de Davi, e Davi, mesmo sendo menor, conseguiu sobrepor-se à força e à ignorância de Golias.

Eu espero que, aqui nesta Casa, prevaleça o bom senso, espero que prevaleça a maturidade e que prevaleça a idéia de que nem sempre a maioria quantitativa deste Plenário é a maioria quantitativa que está na rua à espera de uma atitude responsável destes Constituintes.

O Sr. Afif Domingos — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Dou a palavra a V. Exª.

Espero que, com os dois oradores inscritos, encerremos as questões de ordem, que não têm sido questões de ordem. Na verdade, está-se debatendo a matéria.

O SR. AFIF DOMINGOS (PL — SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente.

Em nome do Partido Liberal, como seu Vice-Líder e participando deste grupo suprapartidário, que se une neste momento histórico, Sr. Presidente, para dar à Nação uma demonstração da real democracia, quero dizer que este grupo que se forma não vem para esmagar minorias, é um

grupo que não aceita que minorias esmaguem a maioria do povo. (Palmas.) É um grupo que vem para o diálogo, que permite os acordos nesta fase de extrema importância. E V. Exª bem sabe que temos contra nós o tempo. Temos acompanhado a sua preocupação, Sr. Presidente, de, em todos os momentos, procurar conciliar um trabalho bem feito com a pressa desse trabalho. Sabemos que o ideal seria trabalhar sem pressa, mas não sabemos se esse é o possível, diante das circunstâncias que o País atravessa. Portanto, recaí sobre os nossos ombros, como classe política, a responsabilidade de encaminhar a transição. Temos, pela frente, momentos extremamente angustiantes, pois sabemos que há uma convergência de fatores e que, dentro dessa convergência, há a necessidade da institucionalização do processo da Constituinte, para que não tenhamos um vácuo, logo à frente.

Portanto, a nossa intenção, longe de esmagar minorias, muito perto de colocar a posição de maiorias, Sr. Presidente, é ajudá-lo na tarefa de ter uma Constituição que concilie o desejo de maioria, com boa técnica legislativa, e a necessidade, o mais rápido possível, de demonstrarmos à Nação a capacidade de legislar.

Sr. Presidente, como já foi dito aqui pelos meus companheiros, Líderes de outros Partidos, não é uma manifestação de confronto; é uma manifestação de colaboração com V. Exª, que preside este momento de transição, como Presidente da Assembleia Nacional Constituinte. É a nossa colaboração para a democracia, é a demonstração de que o povo brasileiro, que confiou nesta grande maioria, aqui está presente para lhe dar o apoio para que tenhamos a Carta constitucional que todos brasileiros desejam. Muito obrigado.

O Sr. Constituinte Haroldo Lima — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra V. Exª.

O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA (PC do B — BA. Pela ordem, sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, foi dito e V. Exª aduziu, ainda há pouco, que não está em discussão o mérito da proposta que V. Exª, em nome da Mesa, acaba de receber de um grupo encabeçado pelo nobre Constituinte Daso Coimbra. Contudo, em nome da Liderança do PC do B, eu gostaria de aduzir algumas observações a respeito desse acontecimento e das suas consequências eventuais. No início deste ano, aprovamos um Regimento Interno nesta Casa. Foi ele aprovado por um processo democrático, foi qual todos os Srs. Constituintes tiveram oportunidade de expressar suas opiniões e, especialmente expressar o seu voto. Assim, o Regimento aprovado o foi pela Constituição. O Regimento é uma carta de acordo, de compromisso, pelo qual as maiorias se submetem, acordam em funcionar a partir de determinadas formas, respeitando as minorias também eventuais.

O Regimento é uma carta essencialmente em defesa das minorias, porque, se assim não o fosse, a qualquer instante, as maiorias eventuais poderiam estabelecer, por um processo truculento, a sua própria vontade. Então, um regimento aprovado é uma carta de compromisso a ser respeitado por todos aqueles que votaram nesse Regimento.

Por conseguinte, não podemos perder de vista, quando quase que concluído o jogo, meses depois de a Assembleia Nacional Constituinte estar funcionando e respeitando um compromisso básico que ela própria votou, no curso desse processo, um grupo supostamente majoritário se dá conta de que, por esta ou aquela razão, está perdendo esse jogo. Esse grupo, de repente, dando-se conta desse dado, — estar perdendo — resolve, então, mudar sua regra, mudar o Regimento, para ganhar o jogo.

Queremos dizer que isso significa uma ruptura de compromissos assumidos, para viabilizar o funcionamento da própria Assembleia Nacional Constituinte.

Mas, Sr. Presidente, dito isto, eu gostaria de acrescentar, com ponderação, que, atento para a situação política que estamos vivendo, sensível à natureza de um projeto que traz a assinatura de um grupo grande de Constituintes, temos a dizer que imaginamos que o Regimento não deve ser interpretado, mesmo pelas minorias, como um dado dogmático, um documento absolutamente irrevogável, inteiramente insubstituível em aspectos determinados. Nós somos políticos e sabemos que o Regimento é um documento formal. No entanto, Sr. Presidente, sem nenhuma dúvida, esse documento formal é um documento de compromisso básico para viabilizar o funcionamento da Constituinte; e se for mudado, deve ser em aspectos determinados, secundários e sob compromisso da minoria. A minoria tem que participar das eventuais mudanças, e de saída gostaria de aduzir que, sob hipótese alguma, a minoria estaria disposta a aceitar um tipo de mudança, mesmo por entendimento que revogasse aspectos centrais desse documento.

É com espanto que eu vejo, por exemplo, o Constituinte Daso Coimbra dizer da prevalência descabida do Relator e da Comissão de Sistematização. Ora, Sr. Presidente, isso aí não é pretender uma mudança de regra do jogo...

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — O tempo de V. Exª já terminou.

O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA — ... que visa adequar melhor o funcionamento da Constituinte. Mas, é, justamente, um golpe funcionamento da Constituinte, com que a minoria, sob hipótese alguma, poderia concordar.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Dou a palavra ao nobre Constituinte Roberto Freire, que já a havia pedido anteriormente.

O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE (PCB — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Inicialmente, gostaria de ressaltar o aspecto democrático da Presidência, e não poderia ser outra a posição a ser adotada pela Presidência da Assembleia Nacional Constituinte, uma vez que os Constituintes têm o direito regimental, de solicitar reformas do Regimento.

Se noventa e cinco Constituintes poderiam fazer, obviamente trezentos e dezenove podem muito mais. Agora, seria interessante esclarecer, em função do documento que acompanha o projeto de resolução, que essa maioria é uma maioria para reforma do Regimento. Não confundam as questões de mérito que irão ser discutidas na Constituinte, questões de mérito que envolvem

ordem econômica, ordem social, instituições políticas, que envolvem o próprio sistema de Governo — Parlamentarismo, Presidencialismo — que envolvem questões de disposições transitórias do mandato do Presidente, que envolvem tudo aquilo que custou algo de fundamental para construir-mos nesses trabalhos constituintes; essa maioria não irá manter a unidade.

Acho significativa a manifestação — acho que tenho o direito resguardado no Regimento — de acordo com o próprio Regimento ela terá a tramitação igual aqui a que qualquer outro projeto de resolução teria. Agora, não nos iludamos, essa maioria não vai significar a maioria que vai impor, sem discussão, sem discussão inclusive deles, um texto constitucional. Isso vai ser produto de votação democrática, com o direito individual de cada Constituinte de se afirmar. Essa maioria vai existir, aí, sim, no voto de plenário, não em manifestos como este. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — A Mesa quer renovar a compreensão do Plenário. Estão infringindo o Regimento. Vou dar a palavra a dois oradores, Companheiros Constituintes inscritos, que têm direito de falar e que estão sendo preteridos em seu direito por aqueles que não estão, na verdade, levantando questão de ordem.

Vou ouvir o nobre Constituinte Cardoso Alves, que havia solicitado a palavra, e depois vou convocar os oradores que estão inscritos — e já há reclamações aqui a respeito dessas inscrições.

Tem a palavra o Sr. Constituinte Cardoso Alves.

O SR. CONSTITUINTE CARDOSO ALVES (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Este é um movimento pluripartidário, que congrega no seu seio Deputados e Senadores de quase todos os Partidos desta Casa. Seu objetivo é portanto, um objetivo que se coloca acima e além dos Partidos políticos. O Partido de V. Exa., que é o meu, detém também, como na Assembleia Nacional Constituinte, a maioria dos Parlamentares que compõem este movimento. É um movimento que encontrou dentro do próprio Regimento Interno — que prevê mecanismos para o seu próprio aperfeiçoamento e para sua própria reforma — meios para abrir caminhos para a afirmação definitiva do princípio da soberania do Plenário, princípio, de resto, caracterizador das democracias aceito e louvado em todos os parlamentos do mundo democrático.

Queremos agradecer, Sr. Presidente, a maneira democrática com que V. Exa. recebeu o documento que lhe foi entregue, em nome de todos, pelo nobre Deputado Constituinte Dasso Coimbra, em nome de todos aqueles que o subscreveram e que compõem aqui dentro a maioria quantitativa que corresponde exatamente à maioria quantitativa que está lá fora, a maioria de lá é a maioria daqui, e a maioria daqui é a maioria de lá. Esse é, obviamente, Sr. Presidente, um movimento de inconformismo; inconformismo com injustiças, inconformismo com ardis, inconformismo com a maneira pela qual a maioria desta Casa foi afastada dos trabalhos, passou a valer menos do que a minoria, Sr. Presidente.

Este não é um grupo que se reúne apenas para reformar o Regimento Interno da Casa. Não! Ficou patente que este é o movimento que se une para dotar o País de uma Constituição à altura

da sua História, do seu sacrifício, dos anseios do seu povo e das suas necessidades. Este não é um movimento que visa a desorganizar o País, para organizá-lo de novo, ao sabor de eventuais minorias. Não! É um movimento que quer alinhar o País com as grandes democracias do mundo, promovendo o enriquecimento e o desenvolvimento da nação, ao lado da Alemanha Ocidental, da França, da Itália, da Espanha, dos Estados Unidos, do Japão.

Esse é um movimento que quer o desenvolvimento com preservação da liberdade, Sr. Presidente. É um movimento, sobretudo, democrático.

Nós não queremos uma Constituição de vencidos e de vencedores. Nós viemos para o diálogo. Nós queremos a Constituição do entendimento. Nós queremos a Constituição que reflita o pensamento médio do plenário. Viemos, como a maioria, disposta a respeitar a minoria. Mas a minoria que respeite a maioria e que não se julgue capaz de ardis para desprestigiar a vontade da maioria, Sr. Presidente. Esta é a nossa vontade. Esse é um grupo único e será único porque única é a maioria. Ela é uma voz só. Esse é um grupo que não poderá ter outro, e que fique patente, Sr. Presidente, é um grupo que quer respeito a si próprio e quer respeitar a minoria, quer conversar com ela e quer encontrar o pensamento médio de todos em favor do povo brasileiro.

Mais uma vez, Sr. Presidente, quero agradecer a maneira pela qual V. Exa. recebeu tão democraticamente o documento que lhe foi entregue pelo Constituinte Dasso Coimbra. Esse é o movimento de Plenário. Esse movimento não tem compromissos com o Governo. Esse movimento não tem compromissos com empresários e não tem nenhuma intenção de ir a Judiciário contra a Assembleia Nacional Constituinte. Esse movimento visa apenas a garantir a plenitude do princípio da soberania do plenário da Assembleia Nacional Constituinte.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — A Mesa ouvirá a nobre Deputada Rose de Freitas, que será a última que falará sobre as questões de ordem levantadas até agora.

A SRA. CONSTITUINTE ROSE DE FREITAS (PMDB — ES. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Eu gostaria de dar, aqui, um testemunho, não como uma inconformada, nem como a Líder inconformada, nem como um membro inconformado da Comissão de Sistematização. Mas eu gostaria de manifestar uma preocupação e dar o meu depoimento como uma pessoa que assiduamente tem frequentado a Comissão, tem frequentado o Plenário desta Casa, tem participado das discussões, seja como Vice-Líder ou como simples membro. Todas as discussões e votações realizadas nesta Comissão foram sempre fruto de amplos debates e entendimentos, sempre que possível, à procura exatamente do exercício daquilo que conquistamos tão recentemente, que foi a democracia para este País.

Sr. Presidente, estou tranqüila, porque V. Exa. garantiu, nesta Mesa, que este projeto de resolução terá o mesmo tratamento que os outros, que foram apresentados, deveriam ter. Estou mais tranqüila ainda em saber que, hoje, é esta a proposta que veio a esta Casa. Essa decisão de se alterar o Regimento Interno não traz, pelas decla-

rações que foram colocadas aqui, nenhuma intenção de se alterar a regra do jogo, tão conhecida por aqueles Parlamentares que, hoje, graças a Deus, compareceram a esta Casa, porque antes nunca tiveram oportunidades de aqui vir.

Quero dizer, Sr. Presidente, que eu gostaria de ter visto a Comissão de Sistematização não apenas como membro, votei em quase todas as sessões. Apenas nas questões dos direitos sociais, na questão da reforma agrária e em outras questões extremamente polêmicas não tive oportunidade de votar como suplente.

Quero dizer aos companheiros que aqui estão, quero dizer ao Presidente Ulysses Guimarães, que tenho uma grande preocupação: é em saber se esta decisão, esta vontade, esta unidade que se fez, formada por esta maioria que se delinea nesta Casa é a mesma que hoje gostaria de arregaçar as mangas e enfrentar o problema econômico do País, o problema político tão sério que estamos enfrentando; se é esta maioria que assina este documento que seria capaz de ouvir o povo na rua para saber o que ele pensa, não só a respeito da Assembleia Nacional Constituinte, mas também desse barco sem timoneiro, em alto-mar, enfrentando bravas tempestades e que, normalmente, leva ao sacrifício a população brasileira.

Sr. Presidente, eu gostaria de citar, agora, um versinho que me disseram outro dia e que eu gostaria de repetir. Para mim, essas trezentas e poucas assinaturas representam apenas uma vontade de mudar um quadro de políticos esforçados, decididos, idealistas e comprometidos que ficaram aqui, nesta Casa, como eu, que só tive oportunidade de me ausentar para presenciar a operação da minha filha, nesta semana, ficávamos no Plenário, sistematicamente, para fazermos o tão sonhado projeto constitucional.

Sr. Presidente, para mim esta maioria é apenas uma aparência de maioria. Existe um pensamento que diz o seguinte:

“Mais forte que a voz do rei é a voz do povo na rua; o rei passa, passa o rei, mas a luta continua.”

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Passa-se ao

IV — PEQUENO EXPEDIENTE

Tem a palavra o Sr. Constituinte João Agripino.

O Sr. Domingos Leonelli — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra V. Exa.

O SR. DOMINGOS LEONELLI — (PMDB — BA. Pela ordem.) — Sr. Presidente, por favor eu gostaria de retirar a minha inscrição, dada a inutilidade de fazê-lo previamente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — V. Exa. tem razão. Será retirada a sua inscrição. Peço desculpas a V. Exa.

O SR. JOÃO AGRIPINO (PMDB — PB. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^{tes} e Srs. Constituintes:

Sempre procurei pautar o meu comportamento, desde o dia em que cheguei a esta Casa, pela coerência de minhas atitudes e, principalmente, pela coerência do meu voto.